vinetur

Quénia propõe rastreabilidade digital de todas as bebidas alcoólicas num amplo projeto de lei de controlo

O projeto de lei exigiria garrafas de vidro não recarregáveis para o chang'aa, proibiria a shisha e as bolsas de nicotina e agravaria as sanções relativas ao tabaco

segunda-feira, 9 de novembro de 2026



O Quénia está a ponderar uma ampla revisão das regras relativas ao álcool e ao tabaco, que exigiria o rastreio digital de todas as bebidas alcoólicas produzidas ou importadas para o país, reforçaria as normas de acondicionamento do chang'aa e

proibiria a shisha e as bolsas de nicotina.

A proposta legislativa, o Alcoholic Drinks and Drugs Control Laws (Amendment) Bill, foi apresentada para primeira leitura na Assembleia Nacional a 5 de novembro. É patrocinada por Kimani Ichung'wah, líder da maioria na Assembleia Nacional, e terá ainda de passar por uma fase de participação pública, debate parlamentar e eventuais alterações antes de poder tornar-se lei.

No centro das disposições relativas ao álcool está um sistema digital de rastreabilidade proposto, que abrangeria tanto as bebidas alcoólicas fabricadas no Quénia como os produtos importados. Nos termos do projeto de lei, fabricantes, importadores, exportadores, distribuidores, retalhistas e fornecedores teriam de cumprir o sistema, de acordo com regras a definir em regulamentos posteriores.

Ichung'wah afirmou que a tecnologia se destina a ajudar as autoridades a identificar a origem de bebidas alcoólicas perigosas. Segundo disse, permitiria aos investigadores rastrear informações como a origem de um produto e a data em que foi produzido, caso uma bebida fosse associada a mortes ou outros danos.

Se for aprovada, a medida alargará a supervisão a toda a cadeia de abastecimento de bebidas alcoólicas e poderá alterar as obrigações de conformidade de cervejeiras, destilarias, importadores de vinho e bebidas espirituosas, grossistas e lojas. Para o setor das bebidas, isso significa que o projeto de lei poderá aumentar as exigências de controlo e os custos operacionais, à medida que as empresas adaptam as embalagens, os registos e os sistemas de distribuição às novas normas.

O projeto de lei estabelece também regras mais rigorosas para o chang'aa, a bebida espirituosa destilada localmente que há muito está associada a preocupações de segurança no mercado informal de álcool do Quénia. O chang'aa só poderia ser vendido em garrafas de vidro com tampas não recarregáveis. Cada garrafa teria ainda de apresentar um rótulo com um elemento de segurança único pertencente ao fabricante, para que os consumidores e as autoridades reguladoras pudessem verificar a autenticidade do produto.

Estas regras seriam mais rigorosas do que as atuais, que permitem fabricar, acondicionar, vender ou distribuir chang'aa e outras bebidas alcoólicas destiladas em garrafas de vidro, embalagens de politereftalato de etileno ou embalagens metálicas. Ao impor o uso de garrafas de vidro não recarregáveis e com rótulos de segurança para o chang'aa, os legisladores parecem querer combater a adulteração e o enchimento de garrafas, preocupações persistentes nos esforços para controlar o álcool ilícito.

Além do álcool, o projeto de lei propõe a proibição total do fabrico, venda e promoção da shisha. Proibiria também qualquer pessoa de permitir, promover, facilitar ou incentivar o consumo de shisha ou o uso de bolsas de nicotina no Quénia.

Qualquer pessoa condenada ao abrigo destas disposições propostas poderia ser punida com uma multa até 5 milhões de xelins quenianos (Sh), uma pena de prisão até 10 anos, ou ambas. O projeto de lei define shisha como um produto de tabaco, aromatizado ou não, que pode conter melaço, mel, glicerol vegetal ou outros aromas naturais ou artificiais.

O esforço para reforçar as regras relativas à shisha surge na sequência de repetidos alertas de saúde da National Authority for the Campaign Against Alcohol and Drug Abuse do Quénia, ou NACADA. A agência já afirmou que o fumo da shisha contém substâncias nocivas, incluindo monóxido de carbono e alcatrão, contribuindo para preocupações mais amplas de saúde pública relacionadas com o consumo de tabaco em cachimbo de água.

A lei proposta aumentaria também as sanções por fumar em locais onde essa prática é proibida. A multa máxima passaria de Sh50,000 para Sh100,000, enquanto a pena máxima de prisão duplicaria, passando de seis para 12 meses. As restrições aplicam-se a locais como locais de trabalho, edifícios judiciais, unidades de saúde, escolas, locais de culto, veículos de transporte público, aeroportos, estações ferroviárias, centros comerciais, mercados e recintos desportivos.

Os retalhistas que vendam cigarros em maços com menos de 10 unidades enfrentariam igualmente sanções mais severas. A multa proposta subiria para Sh100,000 e a pena máxima de prisão aumentaria para um ano. O projeto de lei pretende também alargar os requisitos mínimos de embalagem a outros produtos do

tabaco que possam vir a ser definidos e aumentar de Sh500,000 para Sh1 million a penalização por promoção enganosa do tabaco, mantendo a atual pena de prisão de três anos.

O pacote de propostas já foi criticado pela Alcoholic Beverages Association of Kenya, conhecida como ABAK, que pediu a retirada do projeto de lei. A associação afirmou que, na sua forma atual, a medida poderia custar milhares de postos de trabalho e aumentar os encargos de conformidade para as empresas legítimas do setor do álcool.

A ABAK afirmou apoiar os esforços para combater as bebidas alcoólicas ilícitas, mas defendeu que as restrições propostas devem ser proporcionais, baseadas em provas e elaboradas através de consultas com os governos dos condados, os operadores económicos e as partes interessadas na saúde pública. Alertou ainda que regras mais rigorosas para as empresas legais poderiam, inadvertidamente, levar alguns consumidores a optar por álcool ilícito inseguro, em vez de afastá-los desse mercado.

Esta divergência evidencia a principal tensão em torno do projeto de lei. Os seus apoiantes apresentam-no como uma medida de segurança e saúde pública destinada a rastrear produtos perigosos, reduzir o comércio ilícito e desincentivar o consumo de tabaco. Os grupos do setor, porém, afirmam que algumas disposições poderão impor novos custos aos produtores e vendedores cumpridores da lei, sem resolver plenamente o problema do álcool ilegal.

O projeto de lei está disponível no site oficial da Assembleia Nacional, onde o público foi convidado a apresentar comentários no âmbito do processo legislativo. Nenhuma das restrições ou sanções propostas está ainda em vigor. Só entrariam em vigor se o Parlamento aprovar a medida e o presidente a promulgar.